Tribunal de Justiça de Santa Catarina
Concurso Público 2015

70
MANHÃ

Prova escrita objetiva – Nível Médio completo

TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR

Tipo 1 – BRANCA

SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas

TEMPO

- **4 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **1 hora e trinta minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova.

NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala

INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Língua Portuguesa

1

Numa notícia sobre locais gastronômicos do Rio de Janeiro, a revista *rioshow* publica o seguinte texto: “Sou mais familiarizada com os pães, as tortas e os doces dessa casa que é um mix de *pâtisserie*, padaria e café. As tortas alemães são o forte dali, uma tradição da família que comanda o espaço.” (02/01/2015)

O segmento desse texto que contraria a norma culta de língua portuguesa é:

(A) “Sou mais familiarizada com os pães”;
(B) “com os pães, as tortas e os doces dessa casa”;
(C) “que é um mix de pâtisserie, padaria e café”;
(D) “As tortas alemães são o forte dali”;
(E) “uma tradição da família que comanda o espaço”.

2

“O sujeito entrou no restaurante e serviu-se, armando um prato gigantesco. Começou a comer com rapidez, mas não era comer, era atropelar a comida com a fome de sete gerações bíblicas“.

Nesse trecho de uma crônica, os segmentos “Começou a comer” e “mas não era comer” mostram uma:

(A) incoerência;
(B) retificação;
(C) intensificação;
(D) redundância;
(E) ambiguidade.

3

A capa da revista *Veja*, de 7 de janeiro de 2015, mostra uma fotografia da Presidente Dilma Rousseff cumprimentando o novo Ministro da Fazenda, que acaba de tomar posse. O texto da capa dizia o seguinte: “<u>O poder e o saber</u>. Com eles juntos, temos uma chance de atravessar o tempestuoso 2015. Se duelarem, o Brasil perde.”

Sobre o texto, a afirmação correta é:

(A) as palavras “poder” e “saber” referem-se simultaneamente à Presidente e ao Ministro;
(B) o segmento “tempestuoso 2015” indica uma mensagem positiva para a crise de energia;
(C) a forma verbal “temos” mostra como sujeito implícito todos os brasileiros;
(D) o segmento “se duelarem” mostra a certeza sobre um fato futuro por parte do enunciador do texto;
(E) o adjetivo “tempestuoso” aparece no masculino singular para concordar com o substantivo oculto “período”.

4

Um texto publicitário de uma empresa brasileira de alimentos diz o seguinte: “DETERMINAÇÃO é ter a paixão em fazer produtos cada vez mais gostosos e com mais qualidade.”

O texto tem a aparência de uma definição, mas não se trata realmente desse tipo de texto; o segmento abaixo que exemplifica corretamente a estrutura de uma definição é:

(A) Saudade é a presença de um ausente.
(B) Amor é tampar os ouvidos dos cães durante os fogos de final de ano.
(C) A renda fixa é o melhor investimento para 2015.
(D) O Brasil é o maior campeão mundial de futebol de todos os tempos;
(E) Um lar sem um cachorro não é um lar.

5

“O quanto a indústria é importante para o Brasil?”

Os itens abaixo mostram respostas dadas a essa pergunta; o item em que a relação entre os termos da resposta mostra somente uma relação linguística e não factual é:

(A) Sem a indústria da moda, / o ícone da beleza brasileira lá fora seria só a natureza.
(B) Sem a indústria aeronáutica, / uma parte da nossa história poderia não ter decolado.
(C) Sem a indústria automobilística, / não teríamos tantos ídolos.
(D) Sem a indústria médica, / muitas vidas não teriam sido salvas.
(E) Sem a indústria da música, / jamais teríamos levado o charme de Ipanema para o resto do planeta.

6

Uma entrevista com Edward Frenkel, um dos maiores pensadores da matemática moderna, mostra o seguinte diálogo pergunta/resposta:

Por que tanta gente detesta matemática?

Existem vários fatores. A principal razão de grande parte das pessoas não gostar de matemática é porque não sabe do que se trata. Mas pensa que sabe, o que é pior ainda, pois foi apresentada na escola a uma fração minúscula do tema, de forma muito ruim, e ficou com um gosto amargo na memória. Uma das missões a que me proponho é diminuir o estrago causado pelo sistema de ensino. Seria muito mais fácil se meus leitores nunca tivessem ouvido falar do assunto e eu pudesse explicá-lo partindo do zero.

O matemático fala de “vários fatores” e a progressão de sua resposta mostra que:

(A) todos eles podem ser resumidos em um;
(B) o único fator citado é o mau ensino da disciplina;
(C) todos eles são igualmente importantes;
(D) dois desses fatores são enumerados;
(E) os fatores são enumerados, mas não explicados.

7

Prestes a completar 80 anos, Renato Aragão reclama da perseguição ao humor politicamente incorreto, visto hoje como preconceituoso. O humorista, que aniversaria na próxima terça (13) e também comemora 55 anos do personagem Didi em 2015, relembra que na época de Os Trapalhões (1966-1995), negros e gays sabiam que as piadas eram apenas de brincadeira. "Naquela época, essas classes dos feios, dos negros e dos homossexuais, elas não se ofendiam. Elas sabiam que não era para atingir, para sacanear", desabafa.

Deduz-se das palavras do texto acima que:

(A) o humor hoje é politicamente incorreto;
(B) os humoristas hoje não conseguem mais fazer piadas;
(C) a sociedade e o humor mudaram;
(D) os negros e os homossexuais são mais ofendidos que os feios;
(E) o humor antigo era construído para atingir as pessoas.

8

"...relembra que na época dos Trapalhões (1966-1995), negros e gays sabiam que as piadas eram apenas de brincadeira."

Para evitar a repetição de "quês", a frase sublinhada poderia ser adequadamente substituída por:

(A) serem as piadas apenas de brincadeira;
(B) terem sido as piadas apenas brincadeira;
(C) as piadas apenas como brincadeira;
(D) sendo as piadas apenas de brincadeira;
(E) como brincadeira apenas as piadas.

9

"Naquela época, essas classes dos feios, dos negros e dos homossexuais, elas não se ofendiam. Elas sabiam que não era para atingir, para sacanear", desabafa.

A justificativa das formas dos demonstrativos sublinhados é, respectivamente:

(A) tempo distante / referência a termos citados anteriormente;
(B) lugar afastado / referência a algo próximo ao enunciador;
(C) referência a um elemento mais afastado no contexto / referência pejorativa;
(D) referência a um termo próximo do leitor / tempo distante;
(E) tempo longínquo / referência pejorativa.

10

Quando se pensa em animais hematófagos, ou seja, que vivem (comem) de sangue, a primeira imagem que vem à cabeça de muita gente é a de um morcego. Esse mamífero levou toda a fama, provavelmente por ter inspirado um dos personagens mais famosos das histórias de terror, o Conde Drácula. (*Ciência hoje*, UOL)

Nesse segmento, a palavra "hematófago" está explicada por meio de seus radicais componentes; a palavra abaixo que tem sua explicação dada INCORRETAMENTE, seguindo o mesmo padrão, é:

(A) biografia / descrição da vida;
(B) paquiderme / que tem pele grossa;
(C) hemisfério / metade da esfera;
(D) ortografia / escrita correta;
(E) ecologia / estudo das árvores.

11

"Aos vinte e oito anos Marcus Goldman viu sua vida se transformar radicalmente. Seu primeiro livro tornou-se um best-seller, ele virou uma celebridade e assinou um contrato milionário para um novo romance. E então foi acometido pela doença dos escritores. A poucos meses do prazo para a entrega do novo original, pressionado por seu editor e por seu agente, Marcus não consegue escrever nem uma linha." (*A verdade sobre o caso Harry Quebert*, Jöel Dicker)

Segundo esse pequeno texto da contracapa de um romance, a "doença dos escritores" é:

(A) a vida transformar-se radicalmente;
(B) sua obra de estreia tornar-se um best-seller;
(C) o autor tornar-se uma celebridade;
(D) a pressão dos editores e agentes;
(E) não conseguir produzir nova obra.

12

Um manual de instruções de um mouse sem fio, diz o seguinte: Instalação: 1. Retire o receptor acoplado na parte interior do mouse. 2. Insira o receptor na porta USB de seu computador. 3. Seu computador irá localizar e instalar o receptor automaticamente. 4. Acione o botão ON de seu mouse.

O problema de redação dessas instruções é:

(A) tempos verbais inadequados;
(B) mau uso de pronomes possessivos;
(C) falta de paralelismo sintático;
(D) produção de ambiguidade;
(E) redundâncias desnecessárias.

13

Uma das charges publicadas sobre os atentados terroristas ocorridos em Paris, em janeiro de 2015, mostra o seguinte:

A afirmação que NÃO está de acordo com a imagem da charge é:

(A) a expressão "a mão do criador" mostra duplicidade de sentido;

(B) a imagem do lápis faz referência à profissão de chargista da grande parte das vítimas dos atentados;

(C) a borracha mostra o direito de interferência do criador com a obra criada;

(D) o apagamento da cabeça do terrorista marca o início de uma obra que irá apagar todo o seu corpo, representando o fim do terrorismo;

(E) a imagem traz em si mesma um protesto de chargistas contra a morte de colegas profissionais.

14

A manchete abaixo em que os termos ligados pela conjunção E mostram a relação lógica de causa e consequência é:

(A) Jornal belga recebe ameaça de bomba e funcionários são retirados.

(B) Franceses mostram coragem e vão à passeata.

(C) Chargistas criam sindicato e se protegem do terror.

(D) Terrorista dá entrevista e se mostra arrependido pela morte de outro muçulmano.

(E) Jornais árabes condenam atentado e defendem o autêntico Islã.

15

(...) Tratemos do jornal, esta alavanca que Arquimedes pedia para abalar o mundo, e que o espírito humano, este Arquimedes de todos os séculos, encontrou. (...) (Machado de Assis)

Nessa frase inicial de uma crônica de Machado de Assis, a respeito do papel do jornal, sobre o vocábulo "Arquimedes", pode-se afirmar corretamente que:

(A) as duas ocorrências se referem ao matemático grego;

(B) a segunda ocorrência é exemplo de substantivo comum;

(C) os significados das duas ocorrências se opõem;

(D) na segunda ocorrência o termo é empregado como adjetivo;

(E) na primeira ocorrência o termo é empregado como linguagem figurada.

16

"Ainda que cercado de adversidades, se preservares tua ecobiologia interior, serás feliz, porque trarás em teu coração tesouros indevassáveis". (Frei Betto, O Dia, 30 de maio, 2004)

A correspondência entre as formas verbais sublinhadas se manteria correta na seguinte opção:

(A) preservasses / eras;

(B) preserves / sois;

(C) tivesses preservado / terias sido;

(D) preservas / sejas;

(E) tens preservado / serias.

17

Um texto jornalístico traz como manchete-resumo o seguinte texto: "Nos países pobres, nada menos que 26 companhias de telefonia foram colocadas à venda ao longo dos três últimos anos."

Sobre esse segmento, a afirmação correta é:

(A) a expressão "nada menos" mostra indignação;

(B) a vírgula após o adjunto "nada menos" é obrigatória;

(C) o numeral 26 deveria ter sido grafado "vinte e seis";

(D) a expressão "ao longo de" mostra que o processo ainda continua;

(E) o texto se encontra em ordem inversa.

18

Um texto sobre a modernidade traz a seguinte frase:

"Em janeiro de 2000, estimava-se que mais da metade dos computadores conectados à Internet pertenciam a norte-americanos. A linguagem dominante no ciberespaço? O inglês".

A frase abaixo que mantém uma relação lógica adequada, tendo em vista o que é escrito no texto, é:

(A) Mesmo que a linguagem dominante no ciberespaço seja o inglês, isso não prova que mais da metade dos computadores conectados à Internet sejam de norte-americanos.
(B) Já que o inglês é a língua dominante no ciberespaço, mais da metade dos computadores conectados à Internet pertencem a norte-americanos.
(C) Mais da metade dos computadores conectados à Internet pertencem a norte-americanos, embora a língua dominante no ciberespaço seja o inglês.
(D) Se mais da metade dos computadores conectados à Internet pertencem a norte-americanos, a linguagem dominante no ciberespaço deve ser o inglês.
(E) Já que mais da metade dos computadores conectados à Internet pertencem a norte-americanos, o inglês talvez passe a ser a linguagem dominante no ciberespaço.

19

"Quebrado de cansaço pelo excesso de trabalho, o policial tinha adormecido na portaria da revista".

O tempo simples correspondente à forma verbal sublinhada é:

(A) havia adormecido;
(B) adormecendo;
(C) adormecia;
(D) adormeceria;
(E) adormecera.

20

Na frase "Abrace-me, meu filho, antes de eu ir embora!", se colocada na forma negativa, a opção correta seria:

(A) Não me abraces;
(B) Não me abraça;
(C) Não me abraças;
(D) Não me abrace;
(E) Não me abraceis.

Raciocínio Lógico-Matemático

21

Pai, mãe e seu casal de filhos estão sentados em volta de uma mesa quadrada. Os homens chamam-se Roberto e Sérgio e as mulheres chamam-se Teresa e Fernanda. Sabe-se que:

• O pai tem Fernanda à sua frente e o filho à esquerda.

• A mãe está do lado direito de Sérgio.

Considere as afirmações:

I – A mãe chama-se Fernanda.

II – Roberto está em frente de Teresa.

III – O pai chama-se Sérgio.

É verdadeiro somente o que se afirma em:

(A) I;
(B) II;
(C) III;
(D) I e II;
(E) II e III.

22

Considere a sentença: "Se cometi um crime, então serei condenado".

Uma sentença logicamente equivalente à sentença dada é:

(A) Não cometi um crime ou serei condenado.
(B) Se não cometi um crime, então não serei condenado.
(C) Se eu for condenado, então cometi um crime.
(D) Cometi um crime e serei condenado.
(E) Não cometi um crime e não serei condenado.

23

Para medir áreas de sítios e fazendas usam-se principalmente duas medidas: o *hectare,* que é equivalente a um quadrado de 100m de lado, e o *alqueire,* que, nos estados do sul do Brasil, é equivalente a 24.200m^2.

No interior do Estado de Santa Catarina, os sítios de Roberto e Carlos são vizinhos. Roberto diz que seu sítio tem 3 alqueires e Carlos diz que o seu tem 7,5 hectares.

A diferença entre as áreas dos dois sítios, em metros quadrados, é:

(A) 1.400;
(B) 2.400;
(C) 3.600;
(D) 4.800;
(E) 6.500.

24

Natália e Fernando colecionam selos. Natália tinha o dobro do número de selos de Fernando e deu a ele tantos selos que ele ficou com o triplo do número de selos que ela ficou.

Fernando tinha, inicialmente, 48 selos.

No final, o número de selos com que Natália ficou é:

(A) 48;
(B) 44;
(C) 40;
(D) 36;
(E) 32.

25

Em uma casa de lanches, o sanduíche Big custa R$ 8,80, o copo com refrigerante R$ 2,50 e a porção de batatas fritas, R$ 4,70. Entretanto, o consumidor que pedir esses três produtos juntos pagará, na promoção, apenas R$ 14,20.

Em relação ao preço normal, o preço da promoção equivale a um desconto de, aproximadamente:

(A) 7%;
(B) 9%;
(C) 11%;
(D) 13%;
(E) 15%.

26

Em uma loja de roupas masculinas, duas camisas polo e uma camisa social custam R$ 228,00 e uma camisa polo e duas camisas sociais custam R$ 276,00.

Nessa mesma loja, duas camisas polo e duas camisas sociais custam:

(A) R$ 348,00;
(B) R$ 336,00;
(C) R$ 324,00;
(D) R$ 318,00;
(E) R$ 312,00.

27

Ao longo de uma estrada há 4 cidades, A, B, C e D nessa ordem. A cidade A dista 20km de B, a cidade B dista 60km de C e a cidade C dista 12km de D. Dirigindo nessa estrada, Guilherme parte da cidade B e vai até A, depois de A até D e, finalmente, de D até C terminando seu percurso. Durante essa viagem, Guilherme parou em um posto de gasolina localizado no ponto M e, no final, reparou que o número de quilômetros percorridos do início da viagem ao ponto M foi exatamente igual ao número de quilômetros que percorreu de M ao ponto final da viagem.

A distância do ponto final da viagem ao ponto M é de:

(A) 22km;
(B) 26km;
(C) 30km;
(D) 34km;
(E) 38km.

28

Um grupo de amigos se reuniu para as comemorações de fim de ano, sendo que 40% do total eram mulheres. Todos eram torcedores do Figueirense, do Avaí ou do Joinville. Do total, 50% deles eram torcedores do Figueirense. Metade dos torcedores do Avaí eram mulheres, bem como um quarto dos torcedores do Joinville. Entre os homens, o número de torcedores do Avaí era igual ao número de torcedores do Joinville.

Do total de amigos, eram mulheres torcedoras do Figueirense:

(A) 5%;
(B) 10%;
(C) 15%;
(D) 20%;
(E) 25%.

29

As amigas Ana, Bia, Clô e Dri entraram em uma lanchonete e cada uma tomou um suco diferente. Os sabores foram: laranja, abacaxi, manga e morango. Sabe-se que:

- Nem Ana nem Bia tomaram de laranja.
- Clô não tomou nem de abacaxi nem de manga.
- Dri não tomou nem de abacaxi nem de morango.
- Nem Ana nem Clô tomaram de morango.

Considere as afirmações:

I – Dri tomou suco de laranja.
II – Ana tomou suco de abacaxi.
III – Bia tomou suco de morango.
IV – Clô tomou suco de manga.

É correto concluir que:

(A) nenhuma das quatro afirmativas é verdadeira;
(B) apenas uma das quatro afirmativas é verdadeira;
(C) apenas duas das quatro afirmativas são verdadeiras;
(D) apenas três das quatro afirmativas são verdadeiras;
(E) as quatro afirmativas são verdadeiras.

30

Cada uma das 13 letras do nome “SANTA CATARINA” é escrita em um cartão e todos os cartões são colocados em uma urna. Aleatoriamente, são então retirados, sucessivamente e sem reposição, dois cartões.

A probabilidade de um dos cartões retirados conter a letra S e o outro cartão retirado conter a letra C é de:

(A) $\frac{2}{13}$;
(B) $\frac{3}{39}$;
(C) $\frac{1}{78}$;
(D) $\frac{1}{156}$;
(E) $\frac{25}{156}$.

Conhecimentos Específicos

31

Peter, cidadão sueco em viagem de férias no Brasil, manteve relacionamento amoroso com Marie, cidadã francesa que visitava um primo na Cidade de Florianópolis. Desse relacionamento, nasceu Gustavisson, fato ocorrido no território brasileiro. É possível afirmar que a nacionalidade do filho do casal é:

(A) brasileira, por ter nascido na República Federativa do Brasil;
(B) necessariamente diversa da brasileira, isso em razão do princípio da nacionalidade paterna;
(C) brasileira, desde que tenha sido registrado em repartição consular brasileira;
(D) necessariamente diversa da brasileira, isso em razão do princípio da nacionalidade materna;
(E) necessariamente diversa da brasileira, já que seus pais eram estrangeiros e não estavam estabelecidos no Brasil.

32

Em razão de aposentadorias e falecimentos de servidores públicos, determinado Prefeito Municipal detectou a necessidade de contar com mais um médico, em cada um dos dois postos de saúde existentes no Município, visando ao atendimento regular à população. Para atender a essa necessidade, o Chefe do Poder Executivo pode:

(A) nomear dois médicos para ocupar cargos em comissão, lotando cada um deles em um posto de saúde;
(B) atribuir, em caráter emergencial, função de confiança a um ou a dois médicos, permitindo o seu ingresso no serviço público;
(C) nomear um médico para ocupar cargo em comissão e atender a ambos os postos de saúde, desde que haja compatibilidade de horários;
(D) realizar concurso público voltado à contratação dos médicos de que necessita o Município;
(E) preencher, de forma direta, os cargos de provimento efetivo existentes, observada a isonomia entre os interessados.

33

Os denominados direitos sociais apresentam algumas distinções em relação aos direitos individuais, daí decorrendo variações quanto ao seu delineamento e à sua projeção na realidade. A partir dessas distinções, analise as afirmativas a seguir:

I – Os direitos individuais transmudam-se em sociais sempre que analisados sob a ótica coletiva, alcançando a sociedade como um todo.

II – O direito de greve é um direito social, não dependendo de uma prestação estatal específica para o seu exercício.

III – As liberdades clássicas são incluídas na categoria dos direitos individuais e atuam como limitadores à ação estatal sobre a esfera jurídica individual.

Está correto o que se afirma em:

(A) somente I;
(B) somente III;
(C) somente I e II;
(D) somente II e III;
(E) I, II e III.

34

A cidadania apresenta as seguintes peculiaridades quando cotejada com os direitos individuais:

(A) é assegurada aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país;
(B) pode ser naturalizada, decorrendo da concessão da nacionalidade brasileira a um estrangeiro;
(C) é requisito indispensável à propositura da ação popular;
(D) deve ser demonstrada sempre que alguém pretenda exercer um direito fundamental;
(E) os brasileiros continuam a possuí-la ainda que tenham os seus direitos políticos suspensos.

35

O Governador do Estado, com o objetivo de aumentar a eficiência da Administração Pública e diminuir os gastos com a estrutura administrativa, editou decreto dispondo que duas empresas públicas estaduais, com atuação estranha aos segmentos de eletricidade, água e saneamento, teriam a sua estrutura reunida, deixariam de existir e dariam origem a uma nova empresa pública, responsável por exercer a totalidade das competências de suas antecessoras. À luz da Constituição do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar que:

(A) a sistemática constitucional afeta à Administração Pública Estadual é incompatível com o instituto da fusão de entidades públicas;
(B) a fusão de empresas públicas somente poderia ser realizada, via decreto do Chefe do Poder Executivo, caso houvesse lei específica autorizando-a;
(C) como as empresas públicas têm personalidade jurídica de direito público, a sua extinção deveria redundar no retorno dos respectivos bens à Administração Pública direta;
(D) a fusão das empresas públicas somente poderia ser realizada caso tivesse sido expressamente contemplada na lei geral do Programa Nacional de Desestatização;
(E) a possibilidade de fusão de empresas públicas independe de lei específica autorizando-a, estando ínsita na própria concepção de Administração Pública.

36

João, servidor público estadual estável, foi demitido ao fim de processo administrativo disciplinar. Irresignado com sua demissão, ingressou com ação judicial buscando a anulação da penalidade, na qual obteve êxito. Ocorre que, antes do trânsito em julgado da decisão, Marcos, que fora aprovado no último concurso público e aguardava a sua convocação, foi nomeado para o cargo vago outrora ocupado por João. À luz desse quadro e sabendo-se inexistir outro cargo vago na Administração Pública, é correto afirmar que:

(A) Marcos poderá ser posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço;
(B) Marcos deverá ser demitido para que João retorne ao seu cargo originário;
(C) João não poderá retornar ao serviço público, já que o seu antigo cargo não está mais vago;
(D) Marcos deverá ser posto em disponibilidade, mantida a sua remuneração integral;
(E) como Marcos foi regularmente nomeado para o cargo vago, João deverá ser posto em disponibilidade.

37

Determinado desembargador, após verificar que certo Juiz de Direito vinha descumprindo a Constituição em reiteradas decisões, determinou, em contato telefônico, que o magistrado de primeira instância não mais agisse dessa maneira, pois tal proceder era extremamente negativo para a imagem do Poder Judiciário. O Juiz de Direito afirmou que não atenderia essa determinação, já que tinha independência funcional e nada poderia ser feito contra ele. O desembargador, por sua vez, rebateu afirmando que a Constituição da República não atribuiu essa garantia, de maneira expressa, aos magistrados, afirmativa que está absolutamente correta. À luz desse quadro, é correto afirmar que:

(A) os magistrados não possuem independência funcional, já que a Constituição da República não lhes outorgou expressamente essa garantia, o que denota a juridicidade da determinação do desembargador;
(B) o Juiz de Direito somente possui independência funcional enquanto agir em harmonia com a ordem jurídica, o que indica a plena juridicidade da determinação do desembargador;
(C) a independência funcional dos magistrados, além de ínsita na concepção de Poder Judiciário, também decorre das demais garantias outorgadas pela ordem constitucional, o que indica a injuridicidade da ordem do desembargador;
(D) o Poder Judiciário é estruturado com base no princípio da hierarquia, o que permite que órgão superior reforme as decisões de órgão inferior, daí decorrendo a juridicidade da conduta do desembargador;
(E) com base no princípio da colegialidade, não seria possível que um desembargador, isoladamente, expedisse determinação dessa natureza, possibilidade só assegurada a uma Câmara ou ao Tribunal Pleno.

38

São pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da Administração Indireta do Estado, criadas por autorização legal, sob qualquer forma jurídica adequada a sua natureza, para que o Governo exerça atividades gerais de caráter econômico ou, em certas situações, execute a prestação de serviços públicos, as:

(A) autarquias;
(B) fundações públicas;
(C) fundações privadas;
(D) empresas públicas;
(E) agências reguladoras.

39

Em tema de poderes dos administradores públicos, é hipótese de regular emprego do poder de polícia o seguinte caso concreto:

(A) determinação, pelo poder público municipal, após processo administrativo, de demolição de imóvel construído ilegalmente por particular em área pública;
(B) lotação e remoção de inspetores da Polícia Civil, de acordo com critérios discricionários relacionados aos índices de criminalidade por região;
(C) aplicação, após regular processo administrativo disciplinar, da penalidade de demissão a servidor público estadual que praticou crime contra a administração pública;
(D) fiscalização, lavratura de auto de infração e imposição de multa a estabelecimento comercial, por autoridade incompetente;
(E) interdição de empresa por alegação de poluição ambiental, ainda que realizada por agente administrativo que agiu com desvio de poder, para atender a seus interesses particulares.

40

Felipe, ocupante exclusivamente de cargo em comissão no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, foi exonerado do cargo, por ato do Presidente do Tribunal, durante período em que estava de licença médica para tratamento de saúde, por estar acometido de doença da dengue. Inconformado, Felipe pretende impetrar mandado de segurança para retornar ao cargo. Sua dispensa *ad nutum* foi um ato administrativo:

(A) discricionário, praticado segundo critérios de oportunidade e conveniência do agente público, motivo pelo qual não assiste razão a Felipe;
(B) discricionário, mas é imprescindível o prévio processo administrativo disciplinar, motivo pelo qual assiste razão a Felipe;
(C) vinculado, praticado pelo agente público com a observância de todos os elementos que a lei previamente estabeleceu, motivo pelo qual não assiste razão a Felipe;
(D) vinculado, mas é imprescindível o prévio devido processo legal, com oportunidade de contraditório e ampla defesa, motivo pelo qual assiste razão a Felipe;
(E) vinculado, pois Felipe tem direito subjetivo de permanecer no cargo durante sua licença e só pode ser exonerado após seu retorno ao trabalho e com prévio processo administrativo disciplinar, motivo pelo qual lhe assiste razão.

41

O Município de um Balneário praticou ato de permissão de uso de bem público, consistente em quiosque situado na orla da Avenida Atlântica, em favor de Joaquim, sem prazo determinado. Um ano após a prática do ato, por motivo de interesse público devidamente fundamentado, a municipalidade resolveu retomar a posse do imóvel, revogando a permissão e intimando o particular de tal decisão. Inconformado, Joaquim manejou medida judicial cabível, com escopo de prosseguir na posse direta do bem e explorar sua atividade comercial. O pleito de Joaquim:

(A) merece prosperar, porque, apesar de a permissão de uso ser ato bilateral, discricionário e precário, é imprescindível o prévio processo administrativo;
(B) merece prosperar, porque, apesar de a permissão de uso ser ato unilateral, vinculado e precário, é imprescindível o prévio processo administrativo;
(C) merece prosperar, porque a retomada do bem somente pode ocorrer por meio de prévio processo judicial;
(D) não merece prosperar, porque a permissão de uso é ato unilateral, discricionário e precário;
(E) não merece prosperar, porque a permissão de uso é ato bilateral, vinculado e deve atender à finalidade pública.

42

O controle da Administração Pública é o conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos por meio dos quais se exerce o poder de fiscalização e de revisão da atividade administrativa em qualquer das esferas de Poder. Nesse contexto, é correto afirmar que o controle:

(A) legislativo é aquele executado pelo Poder Legislativo sobre os atos da Administração Pública, como, por exemplo, quando o Tribunal de Contas, órgão de controle financeiro que integra o Legislativo, realiza o controle externo dos Poderes Executivo e Judiciário;
(B) judicial é levado a efeito pelo Poder Judiciário, ao qual cabe, em regra, decidir sobre a legalidade e o mérito dos atos da Administração em geral, podendo invalidar e revogar, respectivamente, os atos ilegais e inoportunos;
(C) administrativo é o que se origina da própria Administração Pública, como, por exemplo, quando o Chefe do Executivo, pelo atributo da autotutela, promove a revisão (seja para invalidação, seja para alteração) de um ato oriundo do Poder Legislativo;
(D) externo é exercido com exclusividade pelo Poder Judiciário sobre os Poderes Legislativo e Executivo, que estão sujeitos às decisões judiciais pelos princípios da inafastabilidade e supremacia da jurisdição, sendo que tais poderes não exercem qualquer controle sobre o Judiciário;
(E) interno é exercido com exclusividade pelo Poder Executivo, por meio do Tribunal de Contas que promove a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos do próprio Executivo.

43

Maurício conduzia sua motocicleta de forma imprudente e sem cautela, com velocidade superior à permitida no local, em via pública municipal calçada com paralelepípedo e molhada em noite chuvosa. Ao passar por tampa de bueiro existente na pista, com insignificante desnível em relação ao leito, Maurício perdeu o controle de sua moto e sofreu acidente fatal. Seus genitores ajuizaram ação em face do Município, pleiteando indenização pelos danos materiais e morais. Na hipótese em tela, é correto concluir que:

(A) não obstante ser caso, em tese, de responsabilidade civil subjetiva do Município, o acidente ocorreu por culpa exclusiva da vítima, fato que exclui a responsabilidade do poder público;
(B) não obstante ser caso, em tese, de responsabilidade civil objetiva do Município, o acidente ocorreu por culpa exclusiva da vítima, fato que exclui a responsabilidade do poder público;
(C) não obstante ser caso, em tese, de responsabilidade civil subjetiva do Município, o acidente ocorreu por caso fortuito ou força maior, fato que exclui a responsabilidade do poder público;
(D) aplica-se a responsabilidade civil subjetiva do Município, que tem o dever de indenizar os autores em razão de sua omissão específica, pela teoria do risco administrativo;
(E) aplica-se a responsabilidade civil objetiva do Município, que tem o dever de indenizar desde que reste comprovado que seus funcionários responsáveis pela instalação da tampa do bueiro agiram com dolo ou culpa.

44

Benedito foi nomeado e empossado em cargo efetivo de técnico judiciário do Tribunal de Justiça de Santa Catarina no ano de 2000. De acordo com o texto constitucional, é correto afirmar que Benedito se aposentará, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria:

(A) por invalidez permanente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, em qualquer hipótese;
(B) compulsoriamente, aos setenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;
(C) compulsoriamente, aos setenta e cinco anos de idade, com proventos integrais;
(D) voluntariamente, aos sessenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, com proventos integrais;
(E) voluntariamente, aos sessenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

45

Luciano, servidor público estadual lotado no setor de protocolo, praticou ofensa moral contra um cidadão que lhe pediu uma informação, no recinto da repartição. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, Luciano cometeu falta disciplinar punível com:

(A) repreensão;
(B) advertência;
(C) suspensão de até 30 (trinta) dias;
(D) censura e multa;
(E) demissão.

46

Com o objetivo de fomentar a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, cumprindo a chamada função social do contrato administrativo, o Governador do Estado deseja contratar associação de portadores de deficiência física para prestação de determinado serviço, com dispensa de licitação. Objetivando obter respaldo jurídico e atender aos ditames da Lei nº 8.666/93, o Governador obteve corretamente parecer da Procuradoria-Geral do Estado, no sentido da:

(A) viabilidade de sua intenção, desde que a associação seja sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, bem como que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;
(B) viabilidade de sua intenção, devendo apenas alterar o fundamento de dispensa para inexigibilidade de licitação, bem como observar que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;
(C) viabilidade de sua intenção, desde que a associação já tenha sido anteriormente contratada pelo poder público e seja constituída há mais de cinco anos, bem como que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;
(D) inviabilidade de sua intenção, porque a Lei de Licitações é regida pelos princípios da isonomia e da competitividade, de maneira que a Administração Pública está obrigada a realizar licitação para contratar a oferta que lhe for mais vantajosa;
(E) inviabilidade de sua intenção, porque a Lei de Licitações exige prévio procedimento licitatório para o caso em tela, na modalidade concorrência, tomada de preços ou carta convite, de acordo com o valor do contrato.

47

José Augusto, funcionário público responsável pela guarda de livros oficiais de determinado cartório judicial, por um descuido seu, não percebeu quando encaminhou um dos livros de que tinha a guarda para a lixeira, junto com outros papéis. Diante do extravio do livro oficial, é correto afirmar que o funcionário:

(A) cometeu o crime de peculato mediante erro de outrem;
(B) cometeu o crime de extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento;
(C) não cometeu crime algum contra a Administração em Geral;
(D) cometeu crime de condescendência criminosa;
(E) cometeu crime de abandono de função.

48

Leandro foi denunciado pela prática do crime de prevaricação. Em virtude dos mesmos fatos, foi instaurado procedimento administrativo em seu desfavor, sendo o mesmo arquivado por ausência de provas. Diante disso, o processo criminal de Leandro deve:

(A) ser extinto sem julgamento do mérito, pois todas as decisões administrativas vinculam o juízo criminal;
(B) ter prosseguimento normal, não sendo atingido pela decisão administrativa;
(C) ser extinto sem julgamento do mérito, pois especificamente a motivação adotada no procedimento administrativo vincula o criminal;
(D) ser extinto com julgamento do mérito, sendo Leandro absolvido;
(E) ser suspenso, pois a existência de procedimento administrativo impede o prosseguimento daquela ação.

49

O crime de peculato está disciplinado no art. 312 do Código Penal. Visa proteger, dentre outros bens jurídicos, a moralidade administrativa e o patrimônio. Sobre tal delito, é correto afirmar que:

(A) por ser crime classificado pela doutrina como crime próprio, em hipótese alguma poderá o particular não funcionário público por ele responder;
(B) exige que a subtração/desvio/apropriação seja de valor, não havendo tipicidade quando for de bem móvel;
(C) o Código Penal não criminaliza sua modalidade culposa;
(D) para tipificar, o valor subtraído deverá ser necessariamente público;
(E) exige que a posse de eventual valor subtraído decorra do cargo, emprego ou função ou ao menos que haja facilidade decorrente da posição de funcionário público.

50

Marlon, um técnico judiciário que exercia suas funções junto à Presidência do Tribunal de Justiça, tomou conhecimento que outro funcionário da repartição cometeu infração no exercício de seu cargo. Contudo, sensibilizado pelo fato de que o infrator possuía uma filha de apenas 02 meses, deixou de comunicar o fato à autoridade com competência para responsabilização. Nesse caso, Marlon:

(A) não cometeu qualquer crime contra a Administração Pública;
(B) cometeu crime de condescendência criminosa;
(C) cometeu crime de prevaricação;
(D) cometeu crime de abandono de função;
(E) cometeu crime de concussão.

51

Douglas, funcionário público com competência para ordenar a assunção de obrigação pela Administração, autorizou a realização de despesa no primeiro quadrimestre do último ano da legislatura. Ocorre que a despesa autorizada, apesar de prevista em lei, não poderia ser paga no mesmo exercício financeiro e nem havia contrapartida suficiente em caixa para pagamento no exercício seguinte. Diante dessa situação, é correto afirmar que Douglas:

(A) praticou crime de ordenação de despesa não autorizada;
(B) não pode ser considerado funcionário público para fins penais;
(C) não praticou crime contra finanças públicas previsto no Código Penal;
(D) praticou crime de assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura;
(E) praticou crime de inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar.

52

Durante atendimento aos advogados no Tribunal de Justiça, um analista concursado que atuava junto ao cartório judicial da 2ª Vara Criminal solicitou a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais) a um advogado para que deixasse de juntar aos autos uma promoção do Ministério Público em que era solicitada a prisão cautelar do réu de um processo. De imediato, o patrono se recusou a pagar o valor e comunicou o fato ao juiz em atuação no órgão citado. Considerando apenas os fatos narrados, é possível afirmar que a conduta do analista:

(A) é atípica, configurando apenas ilícito civil;
(B) configura crime de corrupção passiva, consumado;
(C) configura crime de advocacia administrativa, tentado;
(D) configura crime de corrupção passiva, tentado;
(E) configura crime de advocacia administrativa, consumado.

53

Além das partes propriamente ditas, como autor, réu, assistente e juiz, outras pessoas também são chamadas para intervir no processo e auxiliar o juízo. Sobre o tema, é correto afirmar que:

(A) as prescrições sobre suspeição dos juízes estendem-se aos serventuários e funcionários da Justiça, no que lhes for aplicável;
(B) o perito oficial não se confunde com testemunha, logo o seu não comparecimento injustificado não permite sua condução coercitiva;
(C) o ofendido somente poderá requerer sua admissão como assistente de acusação até o momento do recebimento da denúncia;
(D) não poderá funcionar como perito oficial, de acordo com o Código de Processo Penal, aquele que for menor de 24 anos;
(E) do despacho que admitir ou não o assistente de acusação caberá recurso em sentido estrito.

54

Ingrid foi ofendida em sua honra por sua colega de trabalho Carolina. Diante disso, Ingrid contratou um advogado e, com observância das exigências legais, propôs queixa-crime em face de Carolina pela prática dos crimes de calúnia e injúria perante uma Vara Criminal. Apesar disso, o magistrado não recebeu a queixa, o que fez com que a autora interpusesse recurso em sentido estrito. Novamente, foi o recurso denegado pelo próprio magistrado em atuação na Vara Criminal. Diante dessa situação, o advogado de Ingrid deverá:

(A) impetrar mandado de segurança, pois não existe recurso previsto no Código Penal;
(B) interpor recurso de apelação no prazo de 05 dias;
(C) interpor carta testemunhável nas 48 horas seguintes ao despacho/decisão que denegou o recurso;
(D) interpor recurso de apelação no prazo de 08 dias;
(E) interpor carta testemunhável, que terá efeito suspensivo.

55

A Lei nº 7.960/89 traz uma medida cautelar pessoal de natureza constritiva conhecida como prisão temporária. Sobre tal medida, é correto afirmar que:

(A) poderá ser decretada de ofício pelo magistrado;
(B) ainda que decorrido o prazo da prisão fixado pelo magistrado, a soltura do preso depende da expedição de alvará neste sentido;
(C) sendo o crime investigado hediondo, poderá ter seu prazo inicial fixado em até 30 dias;
(D) em regra, terá prazo de 05 dias, improrrogável;
(E) poderá ser decretada caso esteja sendo investigada a prática de homicídio doloso qualificado, mas não de homicídio doloso simples.

56

Durante a comemoração de um aniversário, José Antônio, primário e de bons antecedentes, subtraiu o celular da aniversariante em um momento de distração desta. Foi descoberto 03 dias após o fato, razão pela qual foi denunciado pela prática do crime de furto simples consumado (pena: 01 a 04 anos de reclusão e multa). Considerando apenas os dados narrados, é correto afirmar que:

(A) por ser primário e de bons antecedentes, caberá oferecimento de proposta de transação penal, mas não de suspensão condicional do processo;
(B) a competência será determinada pelo local em que ocorreu a ação, ainda que outro seja o local da consumação;
(C) por ser primário e de bons antecedentes, caberá oferecimento de proposta de suspensão condicional do processo ou, em momento posterior, de transação penal;
(D) não cabe proposta de suspensão condicional do processo e nem de transação penal, pois o delito não é de menor potencial ofensivo;
(E) por ser primário e de bons antecedentes, caberá oferecimento de proposta de suspensão condicional do processo, mas não de transação penal.

57

Marcus, portador de maus antecedentes, foi denunciado pela prática do crime de receptação cometido em 06.01.2015. Considerando a pena cominada ao delito, o juiz concedeu a liberdade provisória ao agente, permitindo que ele respondesse ao processo em liberdade. Ocorre que, no dia 19.01.2015, Marcus novamente foi preso em flagrante pela prática de um crime de roubo, na mesma cidade, sendo tal prisão devidamente convertida em preventiva. No dia 22.01.2015 determinou o juiz, nos autos da ação penal pela prática do crime de receptação, a citação de Marcus para apresentação de resposta à acusação. Nesse caso, deverá ser realizada a citação:

(A) pessoal, pois o réu se encontra preso no momento da realização do ato;
(B) por carta precatória, pois o réu está na penitenciária e não em sua residência;
(C) por edital, considerando que o réu não será encontrado em seu endereço residencial;
(D) pessoal, pois o crime é de ação penal pública, diferente do que ocorreria se fosse de ação penal privada;
(E) por edital, pois o réu apenas se encontra preso em virtude de ação penal diversa.

58

Michael, condenado em regime fechado pela prática do crime de roubo, vinha trabalhando dentro da penitenciária de modo a garantir a remição de parte do tempo de execução da pena. Ocorre que foi punido pela prática de falta grave dentro da unidade. Diante disso, Michael:

(A) poderá ter revogado todo o tempo remido;
(B) recomeçará a contagem para remição a partir da data em que o juiz confirmar a perda dos dias remidos;
(C) poderá ter revogado até 1/3 do tempo remido;
(D) não poderá recorrer da decisão do juiz da Vara de Execuções Penais que determinar a perda dos dias remidos;
(E) poderá ter revogado até 1/2 do tempo remido.

59

Pablo figura como réu em ação penal pela prática do crime de estupro, estando preso cautelarmente em penitenciária na mesma unidade da Federação em que o juiz exerce sua jurisdição. Em virtude de um erro dos serventuários e funcionários da Justiça, não foi solicitada sua requisição para o dia designado para audiência de instrução e julgamento, de modo que o acusado não compareceu. Diante disso, o juiz, contra a vontade do advogado de Pablo, realizou a oitiva das testemunhas de acusação e defesa, mas adiou o interrogatório. Considerando os fatos narrados, é correto afirmar que o magistrado:

(A) agiu corretamente, pois com isso respeitou o princípio da celeridade processual;
(B) não agiu corretamente, pois deveria apenas ouvir as testemunhas de acusação, mas não as de defesa sem a presença do réu;
(C) agiu corretamente, pois a presença do réu é apenas indispensável para realização de seu interrogatório;
(D) não agiu corretamente, pois a ausência de requisição do réu para audiência sem fundamentação gera nulidade, que foi arguída de imediato pelo advogado;
(E) agiu corretamente, pois a ampla defesa exige apenas a presença da defesa técnica na audiência de instrução e julgamento, sendo a requisição dispensável.

60

Visando coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, foi promulgada a Lei nº 11.340/06, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha. O diploma legal, com o objetivo de conferir tratamento mais rigoroso aos autores de crimes praticados nessa situação, trouxe um procedimento processual penal com algumas peculiaridades. Sobre esse procedimento, de acordo com a jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

(A) não cabe retratação da representação já ofertada pela vítima mulher;
(B) poderá eventual pena privativa de liberdade ser substituída por restritiva de direito de pagamento de cesta básica;
(C) caberá retratação perante a autoridade policial da representação já ofertada;
(D) preenchidos os requisitos legais, cabe oferecimento de proposta de transação penal;
(E) a ação penal do crime de lesão corporal leve praticado no âmbito desta lei será pública incondicionada.

61

Fernando, Henrique, Pedro e André foram pronunciados em virtude de suposta prática de homicídio doloso qualificado consumado e todos serão julgados no mês de março de 2015. Fernando foi preso em flagrante em 02.04.2014, sendo esta prisão convertida em preventiva no dia seguinte, situação que se mantém até a presente data. Foi pronunciado em 02.09.2014. Já Henrique teve sua prisão preventiva decretada quando do recebimento da denúncia em 04.06.2014, situação que também permanece inalterada. Destaca-se que ele foi pronunciado em 08.07.2014. Pedro também permanece preso após decretação de preventiva em 04.06.2014 e pronúncia em 16.07.2014. Por sua vez, André foi preso em 13.03.2014, mas atualmente responde ao processo em liberdade. Na organização da pauta, salvo motivo relevante que autorize a alteração da ordem, de acordo com o Código de Processo Penal, os réus terão preferência na seguinte ordem:

(A) André, Fernando, Henrique e Pedro;
(B) Henrique, Pedro, Fernando e André;
(C) Fernando, Henrique, Pedro e André;
(D) André, Henrique, Pedro e Fernando;
(E) Fernando, Pedro, Henrique e André.

62

Sobre os atos processuais, é correto afirmar que:

(A) não podem ser praticados aos sábados, porque tais dias não são considerados dias úteis;
(B) podem ser praticados aos domingos, mediante autorização expressa do juiz;
(C) não podem ser praticados durante os feriados, mesmo se tiverem natureza cautelar;
(D) podem ser praticados após as 20 horas, quando expressamente requerido pelas partes;
(E) não podem ser praticados após as 20 horas, mesmo que tenham se iniciado antes.

63

Paula obteve uma decisão liminar num agravo de instrumento em curso perante o Tribunal de Justiça. Tal medida liminar deve ser executada através de carta:

(A) de ordem, dirigida ao juízo de origem onde tramita o feito principal;
(B) rogatória, por livre distribuição no local onde a medida deve ser cumprida;
(C) de cumprimento, por livre distribuição na Comarca onde tramita o feito principal;
(D) precatória, dirigida ao juízo de origem onde tramita o feito principal;
(E) de adjudicação, por livre distribuição no local onde a medida deve ser cumprida.

64

Proposta uma ação possessória, o juiz determina a citação do réu, uma empresa, no endereço da sua sede, constante da petição inicial. O Oficial de Justiça, então, cumpriu a diligência, entregando a citação ao porteiro do prédio onde se situa a sede da empresa. Na sua resposta, a empresa aduziu a invalidade do ato citatório, porque realizado na pessoa do porteiro, que não tem poderes para representá-la. Essa defesa deve ser:

(A) rejeitada, em razão da teoria da aparência;
(B) acolhida, por causa da teoria da boa-fé;
(C) rejeitada, em observância à teoria da adstrição;
(D) acolhida, em nome da teoria da convalidação;
(E) rejeitada, por conta da teoria da legalidade.

65

No processo eletrônico:

(A) a Fazenda Pública não pode ser citada ou intimada por meio eletrônico;
(B) os atos processuais não podem ser praticados por meio físico, pelas regras ordinárias;
(C) a juntada de uma petição, em formato digital, só pode ser feita por serventuários;
(D) o acesso à integra do processo correspondente é considerado vista pessoal do interessado;
(E) os atos processuais devem ser praticados por petição eletrônica até as 20 horas do último dia do prazo.

66

Juliano tem 63 anos de idade e gostaria de pedir a prioridade na tramitação do processo onde figura como réu. O processo atualmente encontra-se na segunda instância, não havendo qualquer documento indicando a idade de Juliano, que é cidadão português. Nesse caso, ele não deve obter a prioridade, pois ela só pode ser deferida:

(A) aos idosos que tenham mais de 65 anos;
(B) aos idosos que figurem como autor;
(C) pela primeira instância;
(D) mediante prova da idade;
(E) aos idosos brasileiros.

67

Julia, médica, propôs oralmente uma ação de indenização perante o Juizado Especial Civil de seu domicílio, sem advogado, postulando a condenação da Empresa X ao pagamento de 30 salários-mínimos pelos danos extrapatrimoniais sofridos. Essa causa não pode ser julgada no mérito, pois a demanda:

(A) não pode ser proposta oralmente;
(B) deve ser proposta no domicílio do réu;
(C) não pode ser proposta sem assistência de um advogado;
(D) deve ser proposta em face de pessoas naturais;
(E) deve se limitar à indenização por danos materais.

68

Nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, podem ser propostas demandas:

(A) que versem sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;
(B) cujos valores sejam acima de 60 salários-mínimos;
(C) que tratem de bens imóveis pertencentes aos municípios;
(D) onde sejam impugnadas sanções disciplinares aplicadas a militares;
(E) que contenham pedidos de providências antecipatórias.

69

É cabível o mandado de segurança contra ato:

(A) de gestão comercial praticado pelos administradores de empresas públicas;
(B) do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução;
(C) de reitor de universidade particular que nega a matrícula a aluno no período subsequente;
(D) de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo;
(E) de decisão judicial transitada em julgado.

70

Elis está sendo executada pela Fazenda Pública do município onde mora, por dívidas de IPTU, em valor inferior a 50 Obrigações do Tesouro Nacional – OTN. Citada, Elis alegou em sua defesa a ocorrência da prescrição do crédito tributário. O juiz, então, acolheu a defesa e decretou, por sentença, o encerramento da execução fiscal. Nesse caso, se quiser recorrer da sentença, a Fazenda Pública deverá opor:

(A) agravo de instrumento;
(B) embargos infringentes;
(C) apelação;
(D) recurso extraordinário;
(E) agravo retido.